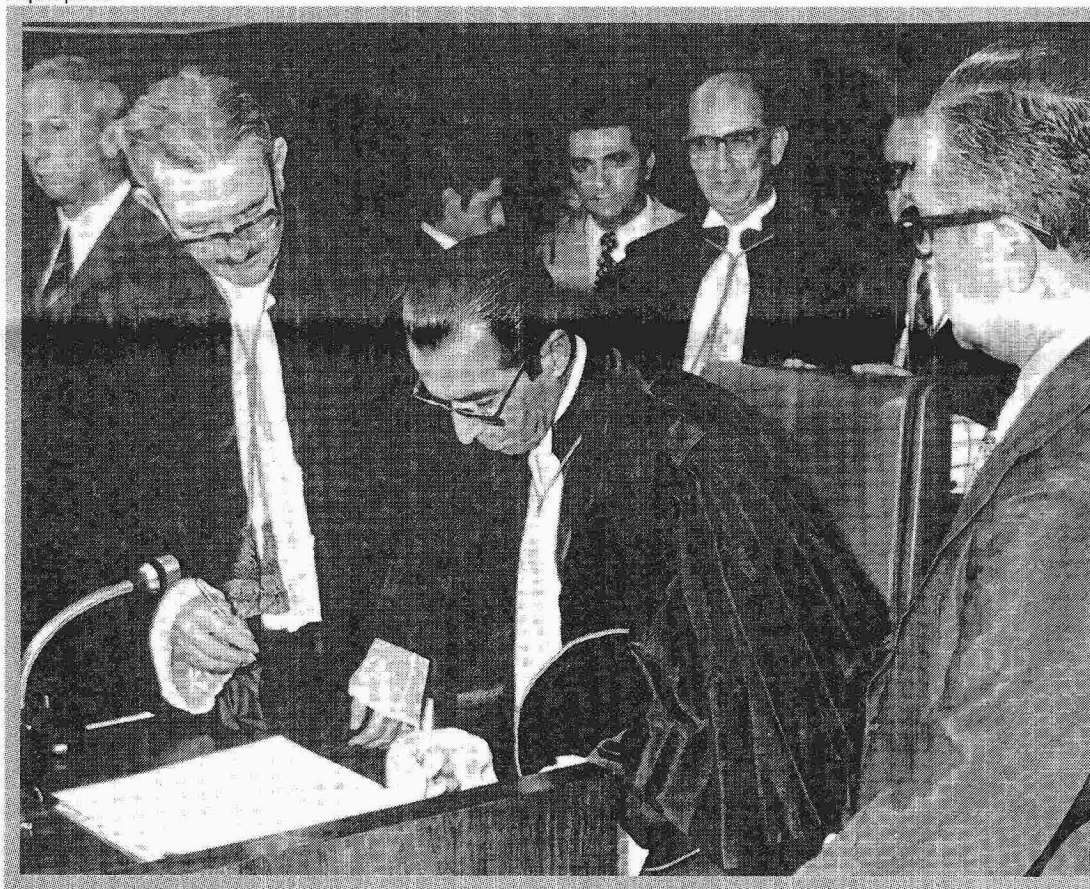


Responsabilidade pelas questões judiciais da capital

Arquivo pessoal



**LÚCIO ARANTES, QUE
COMEÇOU ATUANDO
COMO JUIZ EM 1968,
TOMA POSSE NO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
DISTRITO FEDERAL**

STELA MÁRIS ZICA

ESPECIAL PARA O CORREIO

A vida deste pioneiro, de 85 anos, se confunde com a própria história da Justiça em Brasília. Honesto e perseguidor da calúnia e da injúria, Lúcio Batista Arantes é o responsável pelos primeiros processos judiciais na nova capital.

Em meados da década de 50, o então promotor de Justiça de Rio Verde (GO) já se entusiasmava com os inflamados discursos do então candidato à Presidência, Juscelino Kubitschek, durante sua campanha na pequena Jataí. Nos discursos, JK afirmava a necessidade de mudança da capital.

A escassez de juízes eleitorais no norte do estado de Goiás levou o magistrado a atuar em Tocantinópolis a pedido do então governador. A alegria de voltar para a terra natal, Trindade, passadas as eleições, não durou muito. A vaga de juiz fora preenchida por outro. O desejo de atuar próximo à família levou Arantes a ocupar a única vaga existente em Planaltina — nove anos antes da inauguração da capital.

Na pacata Comarca de Planaltina, pertencente, naquela época, ao estado de Goiás, seria

traçada uma brilhante carreira jurídica que, já no final de 1959, lhe renderia o primeiro título de uma série de homenagens: o de *Pioneiro da Justiça*, conferido pela Associação Comercial de Brasília.

Em Planaltina, o ex-prefeito de Ipameri, em Goiás, foi o anfitrião durante as visitas das primeiras comissões de estudo para a escolha do terreno da futura capital federal. Em uma dessas visitas, ele teve o privilégio de sobrevoar o sítio Castanho, escolhido para a construção da ci-

dade. “Do alto só se via um risco no meio do cerrado”, comenta o juiz, referindo-se à estrada que daria origem à Avenida Central na Cidade Livre (Núcleo Bandeirante).

Desapropriação de terras

Como Juiz de Direito da cidade-satélite, Lúcio Arantes foi o primeiro a atuar em Brasília — com a autorização do Tribunal de Goiás. Era o *Pioneiro da Justiça* que despachava todos os processos de desapropriação das terras da região — prioritários

naquela época —, dando condições legais para a consolidação da nova capital.

A única autoridade da região é quem resolvia tudo: julgava as questões trabalhistas, eleitorais, criminais, cíveis, familiares e ainda realizava casamentos. Não foi à toa que ficou conhecido como o *Santo Antônio de Brasília*. “Cheguei a fazer 60 casamentos em um único dia”, lembra o pioneiro, que vinha de Planaltina para Brasília uma vez por semana, dirigindo uma caminhonete rural. Tal façanha

tem uma explicação. Para ganhar o lote, os candangos tinham que apresentar a certidão de casamento.

Tanto trabalho no Distrito Federal resultou em mais de 3 mil processos só no ano de 1959. Como não havia Tribunal de Justiça, o juiz — e o colega advogado Inezil Pena Marinho — teve de improvisar um *trailer*, no bloco 6, em frente ao Ministério da Justiça, para despachar as primeiras petições. O aumento do número de serviços, aliado à infra-estrutura precária, o obrigou a improvisar uma sala no galpão da Novacap até a inauguração do Tribunal em 1960.

Formado pela Faculdade de Direito de Goiás, Lúcio Arantes — com a inauguração do Tribunal — dava início a uma nova fase da Justiça em Brasília. Lúcio Arantes passou a integrar a instituição como juiz substituto, chegando anos depois à presidência dos tribunais de Justiça e Eleitoral da capital.

O ato de coragem e a grandiosa atuação do desembargador — o primeiro goiano a exercer um alto cargo na capital — o fizeram merecer inúmeras homenagens, dentre elas, a medalha *Marechal Pessoa*, conferida pelo Instituto Histórico e Geográfico de Brasília, a de

Na Comarca de Planaltina, onde atuava com juiz, Lúcio foi o responsável por todos os processos de desapropriação de terras para a construção da nova capital



EM TODOS OS MOMENTOS DA VIDA, LÚCIO CONTOU COM O APOIO DA FAMÍLIA

“

A MENTALIDADE DO CANDANGO FOI SE APRIMORANDO AO RECEBER O IMPACTO DAS PRIMEIRAS LEVAS DE FUNCIONÁRIOS PARA CÁ TRANSFERIDOS. A SOCIEDADE, MESCLADA A PRINCÍPIO, FOI SE TRANSFORMANDO EM SOFISTICADA, ATÉ CHEGAR AO PADRÃO DE FINA FLOR”

Mérito de Brasília e a do Mérito Judiciário, concedida pelo Tribunal de Justiça de Goiás.

O integrante do Clube dos Pioneiros e da Associação dos Candangos e Pioneiros de Brasília também quase chegou a governador do Distrito Federal numa época em que tinha o privilégio de ser a única autoridade local.

Lembranças

O corregedor ainda guarda na memória boas lembranças de uma época difícil e sem conforto, mas recompensada por momentos simples e de grande valor sentimental. Como, por exemplo, a alegria do reencontro com o amigo *seresteiro* César Prates, durante o início da construção do Catetinho — e com os também pioneiros Ernesto Silva, Antônio Carlos Osório, Inezil Pena Marinho, Bernardo Sayão, Íris Meimberg, Israel Pinheiro e o amigo e presidente Juscelino Kubitschek.

Outro fato que o pioneiro faz questão de lembrar se passou

com o escrivão de Goiás, chamado às pressas para casar um doente terminal. “O escrivão chegou atrasado e o doente já agonizava. Ele perguntou à família se era o desejo do casal realmente se casar. A noiva e os presentes diziam que sim. A mesma pergunta foi feita ao noivo, mas ele não respondeu”, lembra o juiz, que não teve dúvida: “Quem cala consente!”

Para o magistrado que acreditou em Brasília — denominada na época *capital do tédio* — muito antes de sua construção, testemunhou a mudança da capital, os processos originados com a sua consolidação e o crescimento de várias gerações, o comportamento do brasileiro foi-se modificando à medida que a cidade se desenvolvia. “A mentalidade do candango foi se aprimorando ao receber o impacto das primeiras levas de funcionários para cá transferidos. A sociedade, mesclada a princípio, foi se transformando em sofisticada, até chegar ao padrão de fina flor”, analisa.

Aposentado, o primeiro juiz de Brasília aproveita a tranquilidade de sua residência no Lago Sul para curtir a esposa, Beth, e escrever seu livro de memórias — o segundo que o autor pretende lançar no próximo ano.

Com tantos feitos neste chão, a primeira autoridade judicial de Brasília tem histórias de sobra para contar, como o último casamento que realizou — o da deputada Ivete Vargas —, o desquite da filha do ministro Mário Pinotti, as desapropriações das fazendas do Torto, Bananal, Riacho Fundo e do Gama e a primeira eleição do Distrito Federal. “Ser *Pioneiro da Justiça* de Brasília foi para mim um privilégio, pois convivi com os candangos, distribuí justiça e participei de todos os acontecimentos ocorridos aqui”, declara o magistrado. Certamente, para muitos candangos e para a magistratura brasileira também é um privilégio e orgulho ter Arantes como precursor.

Raio X

Nome: Lúcio Batista Arantes
Idade: 85 anos
Origem: Trindade, Goiás
Ano de chegada a Brasília: 1956 (morava em Planaltina desde 1951)
Profissão: Magistrado
Mulher: Beth Cunha Cruz Arantes
Filhos: Luciano, Leonardo, Túlio e Beatriz
Netos: Bruno, Rafaela e Rebeca

Expediente

Coordenação do Projeto João Lobo **Edição** Rozane Oliveira **Reportagem** Bianca Chiavicatti, Stela Maris Zica e Vinicius Nader **Fotos** Daniel Farias, Arquivo Público do Distrito Federal, Arquivo pessoal dos pioneiros e do **Correio Braziliense** **Revisão** João Neto **Diagramação** Glauco Gonçalves **Projeto Gráfico** Ary Moraes

Agradecimentos ao Clube dos Pioneiros e à Associação dos Candangos e Pioneiros de Brasília pela ajuda na identificação e escolha dos entrevistados

GDF
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL